

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARÁ

COORDENADORIA  
ESTADUAL DA INFÂNCIA  
E DA JUVENTUDE - CEIJ



# BOLETIM CEIJ

JANEIRO - JUNHO | 2020

Fórum Cível.  
Térreo, salas 1/2.  
Rua Cel. Fontoura.  
Cidade Velha.  
CEP 66015-260.  
Belém-PA.  
Fones: 3205-2716/2742.

# Índice

Dez anos de conquistas e desafios .....	<b>3</b>	Pesquisa ouve comunidade sobre salas de Depoimento Especial .....	<b>23</b>
Revista celebra primeira década da Ceij .....	<b>4</b>	Comitê acompanha medidas de enfrentamento	
Webinário reflete sobre direitos da criança		à Covid-19 no sistema socioeducativo .....	<b>24</b>
e do adolescente na pandemia .....	<b>5</b>	Ceij publica recomendação a magistrados .....	<b>25</b>
Reunião de trabalho do GMF/TJPA .....	<b>6</b>	Ceij divulga material sobre Adoção no Pará .....	<b>26</b>
Criado o Comitê Municipal da Criança e do Adolescente .....	<b>7</b>	Crianças e adolescentes acolhidos para adoção recebem orientação ...	<b>27</b>
Lançado projeto Polo Produtivo para a socioeducação .....	<b>9</b>	Roda de conversa trata de casamento infantil .....	<b>28</b>
Conta Comigo finaliza formação de madrinhas e padrinhos afetivos ..	<b>11</b>	Reunião virtual compartilha boas	
Projeto Porto Seguro amplia círculos de paz .....	<b>13</b>	ações de coordenadorias de infância .....	<b>29</b>
Equipe Conta Comigo se reúne para avaliar programa .....	<b>15</b>	Reuniões virtuais de trabalho .....	<b>31</b>
Ceij orienta sobre enfrentamento da Covid-19 .....	<b>16</b>	Reuniões mobilizam comarcas para	
Cartilha esclarece sobre doações ao FIA .....	<b>17</b>	renovação de convênios com a Fasepa .....	<b>32</b>
Levantamento mostrar principais dificuldades		Analistas de equipes interprofissionais	
de ONGs em tempos de pandemia .....	<b>19</b>	avaliam regime diferenciado de trabalho .....	<b>33</b>
Palestra aborda enfrentamento da violência			
sexual contra crianças e adolescentes .....	<b>21</b>		

## Dez anos de conquistas e desafios

**E**m sessão do Pleno de 23 de junho de 2010, presidida pela desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará votou e aprovou a Resolução nº 013/2010-GP, criando a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude, fundamentada nas diretrizes da Resolução nº 94, de 27 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Criada como órgão permanente de assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CEIJ) tem trabalhado para elaborar sugestões ao aprimoramento da Justiça da Infância e da Juventude; promover a articulação interna e externa das varas da infância e juventude; e orientar magistrados e servidores quanto ao cumprimento de normativas da área, especialmente as provenientes do Conselho Nacional Justiça.

A Coordenadoria também tem zelado pela correta alimentação dos cadastros da infância e da juventude, atendendo a magistrados e servidores sobre o manuseio dos cadastros, em parceria com as Corregedorias de Justiça. O trabalho na seara da Infância e da Juventude ao longo desse período permitiu que a Ceij ampliasse horizontes, passando também a inte-

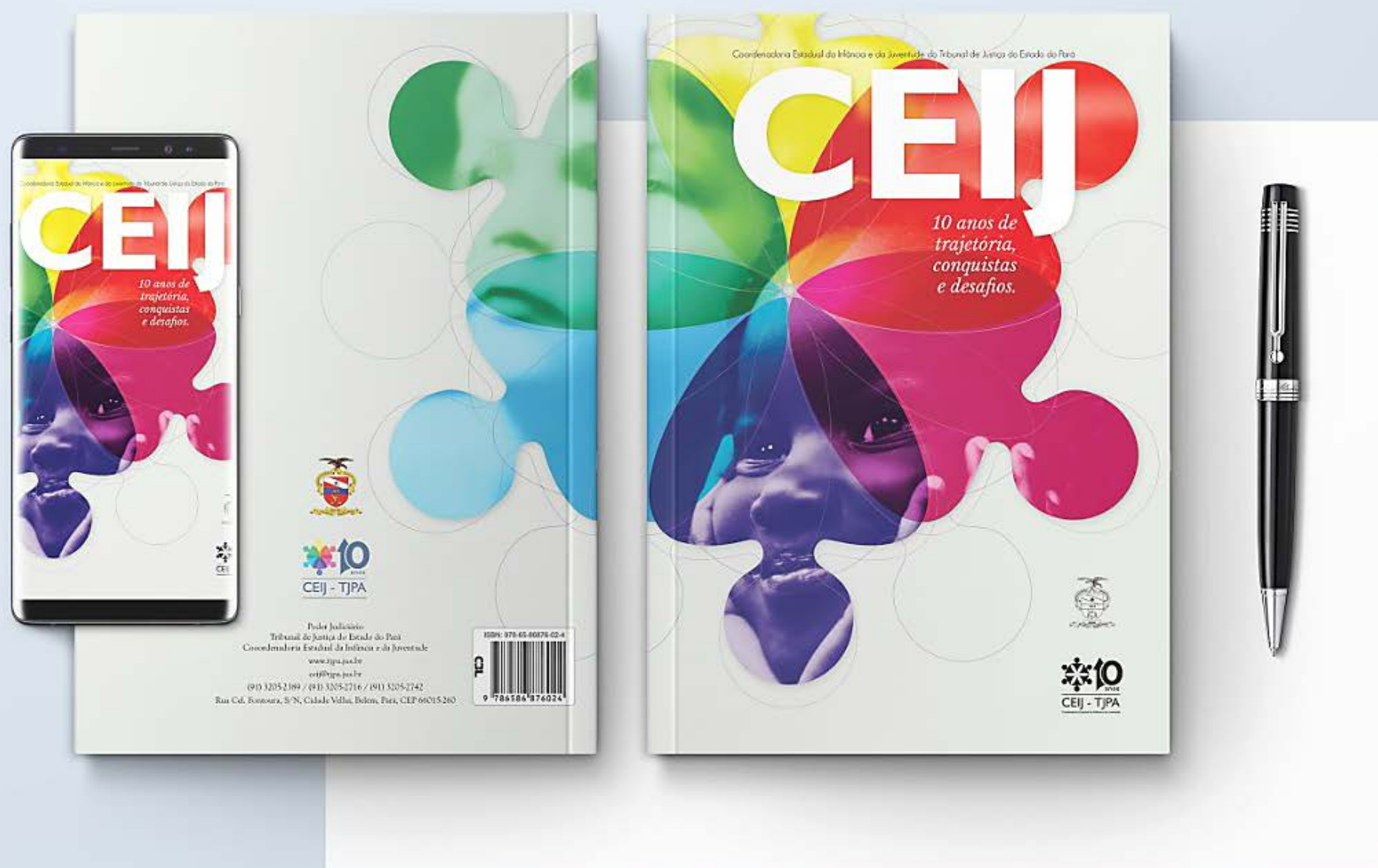


**Selo  
comemorativo  
dos 10 anos da  
CEIJ/TJPA**

grar comissões, propor e realizar estudos, juntamente com os demais setores do TJPA, sobre competência de varas de infância e juventude, necessidade de criação de novas unidades e de adequação do quadro de pessoal às demandas específicas da Infância.

Ao longo de seus 10 anos de trajetória, conquistas e desafios na defesa e promoção de direitos de crianças e adolescentes, a Ceij tem trabalhado de forma articulada para sensibilizar a sociedade; elaborar cursos, oficinas, programas, cartilhas e outros materiais pedagógicos acerca da infância e juventude; formar servidores e integrantes da rede de atendimento; firmar parcerias com instituições que também atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

O contexto de pandemia da Covid-19 mostra, mais uma vez, a imprescindibilidade de uma unidade administrativa que possa orientar o trabalho de magistrados e servidores no trato das questões relacionadas às crianças e adolescentes paraenses e residentes do Pará, assim como sugerir às Corregedorias e Presidência do TJPA, a publicação de outros regimentos, necessários para a normatização e uniformização do trabalho nessa área.



**A Revista “CEIJ 10 anos de trajetória, conquistas e desafios” foi lançada no dia 24 de junho.**

## Revista celebra primeira década da Ceij

**P**ara celebrar seus 10 anos de criação, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (Ceij) lançou sua revista comemorativa “CEIJ 10 anos de trajetória, conquistas e desafios”. O lançamento oficial ocorreu no dia 24 de junho, durante o webinar “Direitos da Criança e do Adolescente em Tempos de Pandemia”, evento virtual também alusivo às comemorações de aniversário da Ceij. A revista, além de traçar uma linha do tempo de ações e eventos relevantes desta Coordenadoria desde sua criação em 2010, apresenta 13 artigos assinados por desembargadores, juízes, servidores do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e especialistas que atuam com direitos da criança e do adolescente. Os artigos abordam temas sobre a atuação na área da infância e juventude.

Para baixar seu exemplar, acesse:

<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/574276-ceij-10-anos.xhtml>

# Webinário reflete sobre direitos da criança e do adolescente na pandemia



**Webinário “Direitos da Criança e do Adolescente em Tempos de Pandemia”, promovido pela CEIJ em parceria com a EJPA. Foto: CEIJ**

**N**o dia 24 de junho, foi realizado o webinário “Direitos da Criança e do Adolescente em Tempos de Pandemia”, promovido pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) em parceria com a Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará (EJPA). O evento teve como objetivo refletir estratégias para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes que, em tempos de isolamento social, devido às medidas de prevenção do contágio da Covid-19, estão expostas a situações de violação de seus direitos.

O diretor acadêmico da EJPA, Paulo Victor Ramos Correa abriu o webinário, e a coordenadora em exercício da Ceij, juíza titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Belém, Danielle de Cássia Silveira Bührnheim, mediu o evento. Participaram como debatedores a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado (MPE), promotora Leane Barros Fiuza de Mello e o juiz titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal, Francisco Jorge Gemaque Coimbra.

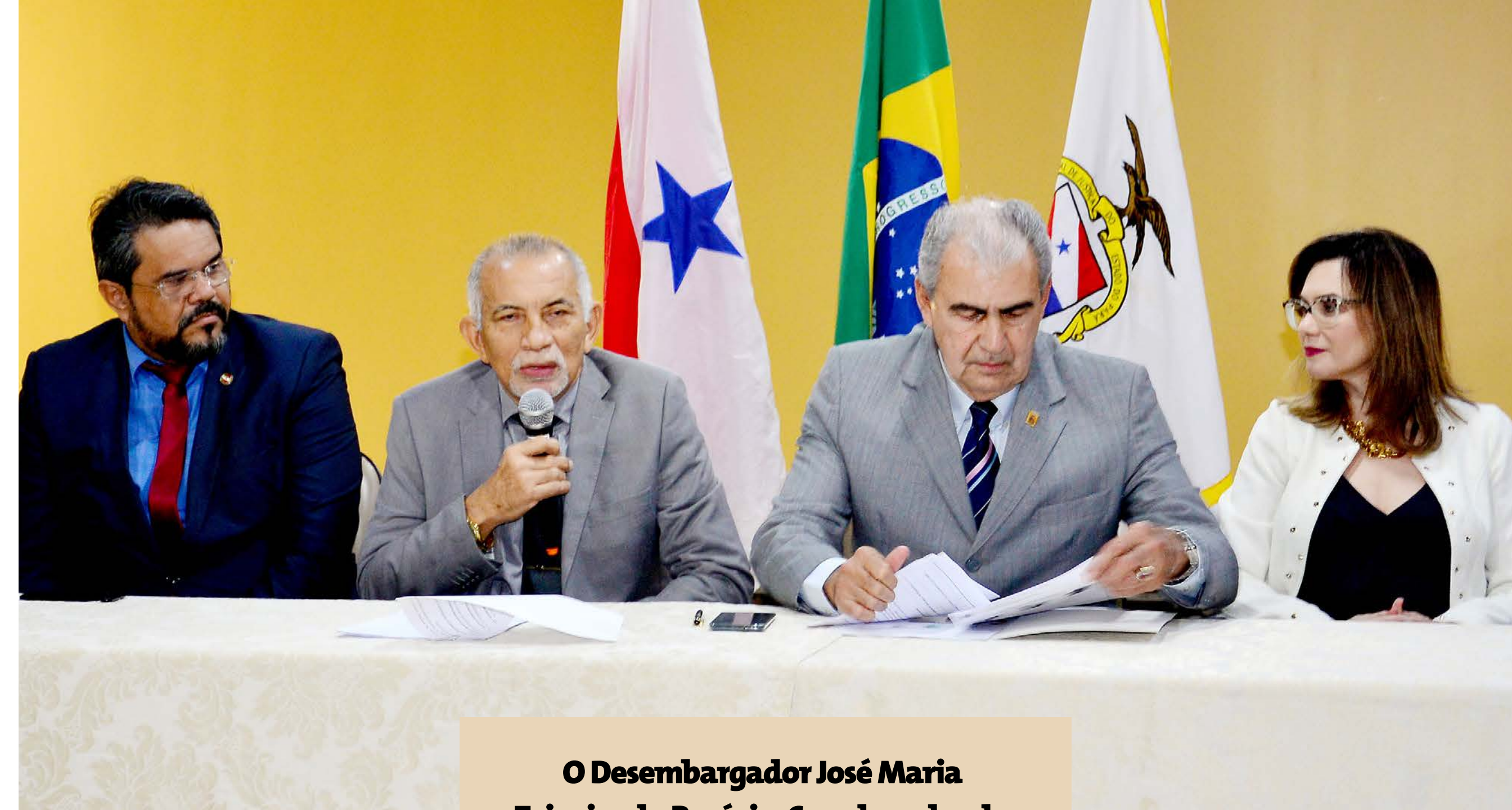
O evento também marcou os 10 anos de criação da Ceij, quando foi lançada a revista comemorativa “CEIJ 10 anos de trajetória, conquistas e desafios”. Os dois debatedores, além de três participantes do webinário, foram contemplados com um exemplar impresso da revista.

**Para assistir ao webinário, acesse:**

<http://webcast.overseebrazil.com.br/video/?r=723670907&v=6cbbf4d8cdbde4eabe15&i=true&zAOkSc=12745508386&l=720&a=480>

# Reunião de trabalho do GMF/TJPA

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução e Medidas Socioeducativas do Estado do Pará - GMF/TJPA e o Programa Justiça Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizam reunião de trabalho sobre a articulação da rede de proteção social para uma política penal e socioeducativa mais eficiente. A reunião ocorreu no dia 24 de janeiro, no auditório Des. Wilson Marques, no Fórum Criminal de Belém. Idealizado pelo ministro Dias Toffoli, o Programa Justiça Presente é operacionalizado por meio de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O programa se propõe a analisar o Sistema Prisional e Socioeducativo do Estado do Pará e, junto com os poderes Executivo e Judiciário,



**O Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, Coordenador da CEIJ, representou a Presidência do TJPA no evento – Foto: TJPA**

propor ações que minimizem os gargalos da execução penal. O desencarceramento e a reincidência criminal, assim como o acompanhamento e a execução das medidas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional estão entre as preocupações do programa.

O desembargador José Maria Teixeira do Rosário, coordenador Estadual de Infância e Juventude (CEIJ), representou a Presidência do TJPA na mesa de abertura. Participaram ainda a coordenadora do GMF, juí-

za Blenda Nery Rigon; o presidente da Fasepa, Miguel Fortunato; a representante da Seap, Marcela Duarte; o presidente da Comissão de Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB-PA), Lylian Garcia; e o defensor público Luiz Carlos Filho.

A reunião de trabalho contou com a participação de representantes e servidores das secretarias e instituições públicas dos municípios da região metropolitana de Belém e do Executivo Estadual, além de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Pará.

# Criado o Comitê Municipal da Criança e do Adolescente



**F**oi realizada, no dia 17 de fevereiro, reunião ampliada para criação do Comitê Municipal da Criança e do Adolescente, como forma de fortalecer a rede de atendimento de crianças e adolescentes no município de Belém.

A reunião ocorreu na Sala Multiuso do Fórum Cível da Capital.

O Comitê tem entre suas atribuições o fomento a estratégias de apoio aos Conselhos, de formação para fortalecimento das entidades, de engajamento para aplicação da Lei do Menor Aprendiz e de capacitação dos conselhos tutelares e dos agentes de proteção. Também atuará na melhoria da gestão dos dados do observatório da infância e da juventude e na edição de atos normativos para definir atribuições e nomear membros e suplentes para instituição do Comitê.

A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Ceij – TJPA) participou da reunião juntamente com representantes do Ministério Público do Trabalho - MPT, do Ministério Público do Estado do Pará – MPE/PA, da Receita Federal do Brasil, da Secretária de Fazenda do Estado do Pará - SEFA,

**Dr. Vanderley Silva, Juiz Titular da 3ª Vara da Infância e Juventude da Capital e Juiz Colaborador da CEIJ, coordenou a reunião – Foto: TJPA**

da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará – Fasepa, da Federação das Indústrias do Estado do Pará - Fiepa, do Serviço Social da Indústria – Sesi, da Federação do Comércio – Fecomercio, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, do Instituto Euvaldo Lodi – IEL, do Lar Fabiano de Cristo.

Em articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDAC, a reunião foi coordenada pelo Juiz Titular da 3ª Vara da Infância e da Juventude e Juiz Colaborador da CEIJ, Dr. Vanderley de Oliveira Silva.



**Representantes das instituições  
deliberaram sobre a criação do  
Comitê– Foto:CEIJ**

**A Promotora de Justiça, Leane  
Barros Fiuzza de Mello, participou  
da reunião com representantes  
de outras entidades para o  
fortalecimento de políticas  
voltadas para crianças e  
adolescentes – Foto:CEIJ**



# Lançado projeto Polo Produtivo para a socioeducação

**N**o dia 21 de fevereiro, foi realizado o lançamento do Projeto Polo Produtivo para a Socioeducação, a ser desenvolvido pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (Fasepa) e parcerias. O projeto integrará ações voltadas para a capacitação de adolescentes inseridos no sistema socioeducativo. O evento ocorreu no auditório da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Benevides – UASE Benevides. O projeto pretende realizar cursos em diversas áreas voltadas para a profissionalização dos socioeducandos, desenvolvendo conhecimento, habilidades e atitudes para a reinserção desses jovens à vida social e comunitária com potencial para empregabilidade.



**Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, Coordenador da CEIJ, expressou apoio institucional ao Projeto Polo Produtivo para Socioeducação – Foto: FASEPA**

**Desembargador José Maria Teixeira do Rosário e Juiz Vanderley Silva com representantes das instituições parceiras do Projeto – Foto: FASEPA**

O desembargador José Maria Teixeira do Rosário, da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Ceij- TJPA, participou do lançamento do projeto, prestando apoio à iniciativa. Participaram também do evento representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); juiz Titular da 3ª Vara da

Infância e da Juventude da Comarca da Capital; Ministério Público do Estado do Pará (MPE/PA), Defensoria Pública do Estado do Pará, equipe técnica da Fasepa, Secretária Estadual de Educação do Estado do Pará (Seduc), Fábrica Esperança, Faculdade Adventista da Amazônia, além de instituições clericais.

**Público composto por instituições parceiras – Foto: FASEPA**



# Conta Comigo finaliza formação de madrinhas e padrinhos afetivos

O Programa de Apadrinhamento Afetivo Conta Comigo finalizou a formação de mais uma turma do Curso Básico para Voluntários em Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes. Ao total, 31 pessoas participaram da primeira turma em 2020, que ocorreu no período de 25 de janeiro a 15 de fevereiro, com encontros na Universidade da Amazônia – Unama/Campus Alcindo Cacela. A formação teve ainda o acompanhamento virtual, que esteve disponível na plataforma de Educação a Distância (EaD) do TJPA.

Os encontros presenciais foram realizados por meio de três oficinas, que ocorreram nos dias 25/01, 01/02 e 15/02. Nas oficinas, os participantes foram convidados a refletir sobre seus papéis nas instituições de acolhimento e na vida das crianças e adolescentes acolhidos.



**Orientações aos cursistas sobre a atuação de madrinhas e padrinhos afetivos – Foto: CEJ**



**Rodas de conversa com  
o objetivo de refletir  
sobre o apadrinhamento  
afetivo – Foto: CEJ**

A última oficina contou com a participação de representantes das seguintes instituições: Espaço de Acolhimento Recomeçar, Serviço de Acolhimento Infantil de 7 a 11 anos de Ananindeua, Serviço de Acolhimento de Adolescentes de 12 a 17 anos de Ananindeua e Casa Lar Cordeirinho de Deus.

O objetivo do curso foi proporcionar formação básica aos interessados em se tornarem padrinhos e madrinhas afetivos do Programa Conta Comigo e prestar orientações às pessoas com intenção de realizar trabalhos voluntários nos serviços de acolhimento conveniados com o programa.

Promovido pela Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (Ceij) e realizado pela Escola Judicial do Pará (EJPA), o curso foi ministrado pela assistente social Suely Lobo e pelo pedagogo Andreson Barbosa, servidores da Vara da Infância e Juventude Distrital de Icoaraci.

O programa oportuniza uma compreensão social de que apadrinhar é um exercício de cidadania, contribuindo para a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento institucional.

Para mais informação acesse:  
[www.tjpa.jus.br/contacomigo](http://www.tjpa.jus.br/contacomigo)



**Reunião com a  
Coordenação do Projeto  
Vivências (Unama) sobre  
o Projeto Porto Seguro.**

**Foto: CEIJ**

## Projeto Porto Seguro amplia círculos de paz

O Projeto Porto Seguro – Círculos de Diálogo com Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Institucional é uma parceria entre a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (Ceij) e o Curso de Psicologia da Universidade da Amazônia. A iniciativa conta com o apoio da Creche Lar Cordeirinho de Deus, do Espaço de Acolhimento Recomeçar, do Espaço de Acolhimento Ronaldo Araújo, do Espaço de Acolhimento Dulce Accioli, do Serviço de Acolhimento Institucional Infantil de 7 a 11 anos – Ananindeua e do Serviço de Acolhimento Institucional de Adolescentes de 12 a 17 anos – Ananindeua. O projeto faz parte do Programa de Apadrinhamento Afetivo Conta Comigo que procura oportunizar a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

Tendo como público-alvo crianças e adolescentes acolhidos, inscritos ou não no Programa Conta Comigo e profissionais das referidas instituições, o Projeto Porto Seguro atende a necessidade de oferecer às crianças e aos adolescentes em situação de acolhimento um espaço seguro de escuta mútua. A

ideia é fortalecer o grupo atendido para que, autonomamente, lide com questões afetivo relacionais, no contexto institucional. O projeto também vai ofertar espaço aos profissionais que atuam nessas unidades para melhorar a relação com as crianças e adolescentes acolhidos.

A metodologia a ser utilizada para o atendimento dos grupos de crianças, adolescentes e profissionais será o Círculo de Construção de Paz, processo oriundo de povos indígenas e novo para a cultura ocidental, mas que tem suas raízes na maioria das sociedades humanas. Assim, o círculo é um lugar para se adquirir habilidades e hábitos para estabelecer e/ou aprimorar relacionamentos, não só dentro do círculo, mas também fora dele. Os Círculos são realizados com a reunião dos participantes em formato circular, onde os facilitadores convidam e estimulam os participantes a compartilhar histórias e opiniões, sendo utilizado um objeto escolhido pelos facilitadores que têm a função de organizar as falas.

Os círculos serão ofertados aos participantes, mensalmente, na modalidade presencial e o cronograma de execução está sendo reelaborado. Enquanto durar o período de distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19, o Projeto Porto Seguro realizará suas atividades iniciais através da oferta de círculos de construção de paz, na modalidade virtual, com objetivo de ofertar espaço de apoio e suporte somente aos profissionais que atuam nas Unidades de Acolhimento.



**Reunião com a equipe de facilitadores do Projeto Vivências (Unama) que atuará no Projeto Porto Seguro.  
Foto: CEIJ**

# Equipe Conta Comigo se reúne para avaliar programa

**N**o dia 18 de junho, a Equipe do Programa de Apadrinhamento Afetivo Conta Comigo realizou reunião em plataforma de comunicação virtual. Coordenada pela Ceij, a reunião fez a avaliação e o planejamento do Programa, considerando os impactos trazidos pelo Regime Diferenciado de Trabalho imposto pela pandemia da Covid-19.

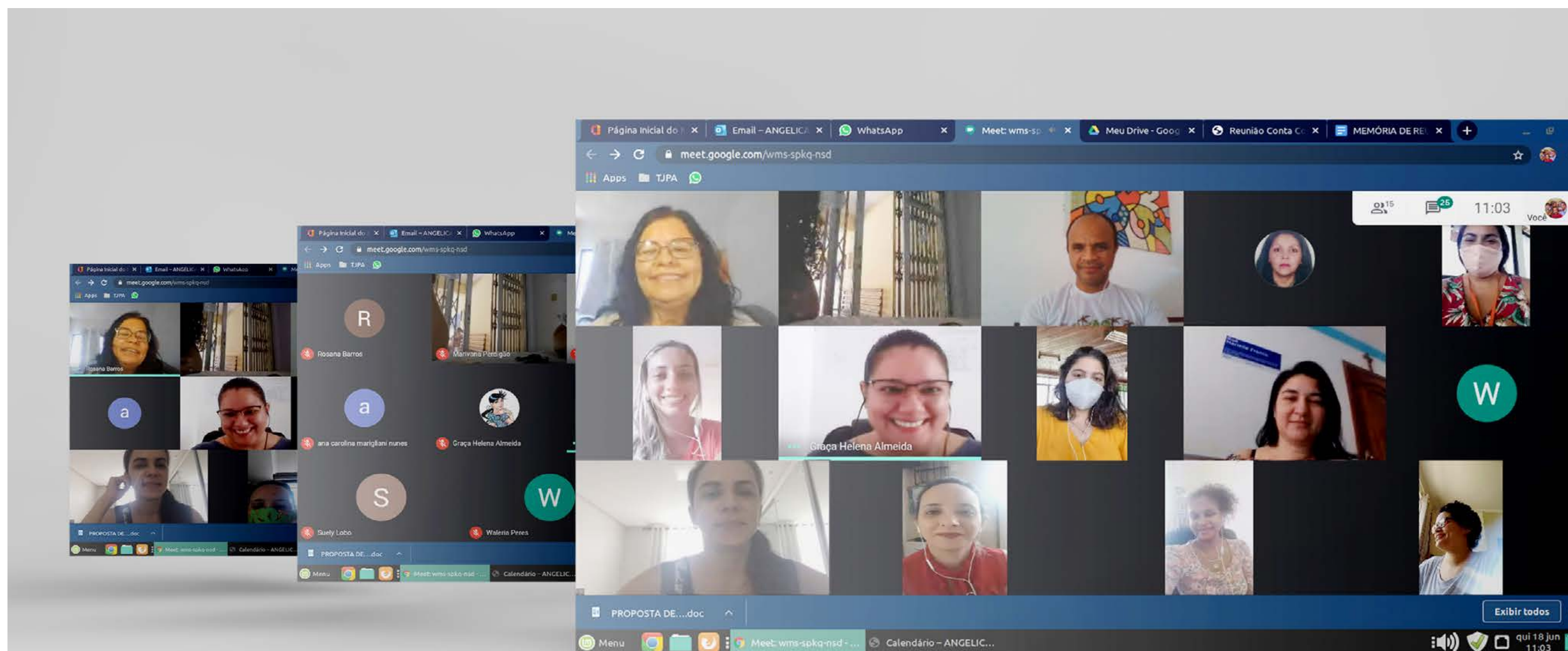
Participaram da reunião representantes da Vara de Infância e Juventude Distrital de Icoaraci; da Vara de Infância e Juventude de Ananindeua; da Creche Lar Cordeirinho de Deus; do Espaço de Acolhimento Recomeçar; do Serviço de Acolhimento Institucional Infantil de 7 a 11 anos – Ananindeua e do Serviço de Acolhimento Institucional de Adolescentes de 12 a 17 anos – Ananindeua.

Com a necessidade de isolamento e afastamento social por

conta da pandemia da Covid-19, durante a reunião foi deliberada a proposição de um novo cronograma de ações do Programa. Na nova proposição, a segunda turma do Curso Básico para Voluntários em Serviços de Acolhimento - Programa Conta Comigo, que estava prevista para ocorrer de 12/09 a 03/10, será realizada

em janeiro de 2021, em vista da necessidade de encontros presenciais para a formação de madrinhas e padrinhos afetivos.

**Para mais informações sobre o Programa acesse:**  
[www.tjpa.jus.br/contacomigo](http://www.tjpa.jus.br/contacomigo)



**Equipe Conta Comigo realizou reunião virtual para avaliação e planejamento do Programa. Foto: CEIJ**

## Ceij orienta sobre enfrentamento da Covid-19

**A** Ceij reuniu em sua página algumas informações relevantes sobre a Covid - 19, constantes de medidas publicadas por autoridades nacionais na área de saúde e/ou infância e juventude, bem como aquelas publicadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

São orientações, recomendações, portarias, notas informativas e notas técnicas, voltadas aos profissionais que lidam com infância e juventude, com o intuito de proteger integralmente as crianças e adolescentes

durante a pandemia da Covid-19, tanto em unidades de acolhimento institucionais e unidades socioeducativas do Estado quanto em adoção de medidas preventivas no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

**Para mais informação acesse:**

<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/548278-covid-19.xhtml>



## Cartilha esclarece sobre doações ao FIA

**C**ontribuintes do Imposto de Renda Pessoa Física e Pessoa Jurídica podem fazer doações ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), por meio da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda. Para orientar o contribuinte sobre a aplicabilidade do FIA, a CEIJ criou uma Cartilha Informativa - FIA com esclarecimentos sobre o fundo. Esta cartilha é um passo a passo completo para fazer a doação no programa de Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda e uma lista com instituições que podem ser beneficiadas com os valores.



**Cartilha  
Informativa  
- FIA**

## PASSO A PASSO

### Doação para o FIA durante a Declaração IRPF 2020

- 1 Abra a sua declaração de imposto e preencha corretamente seus dados.
- 2 Ao concluir, clique em **"Doações Diretamente na Declaração"**.
- 3 Você pode escolher o tipo de destinação através das abas **"Crianças e Adolescente"** e/ou **"Idoso"**. Lembre-se você pode destinar **até 3% para cada tipo de doação**, totalizando 6% do seu imposto devido.
- 4 Para destinar, clique no botão **"Novo"**.
- 5 Escolha o tipo de fundo que deseja destinar; **Nacional, Estadual ou Municipal**. Os dados são selecionáveis conforme o tipo.
- 6 No canto direito há a informação **"Valor disponível para doação"**. Preencha o campo valor conforme desejar.
- 7 Você pode distribuir o valor para vários fundos diferentes até alcançar o valor total disponível para doação. Após terminar, clique no botão **"OK"**.
- 8 No Menu imprimir, clique em **"Doações Diretamente na Declaração"**.
- 9 Imprima a(s) DARF(s) correspondente(s) à sua destinação.

**Passo a passo para doação ao FIA**

O FIA é um fundo público, que tem por finalidade captar e aplicar recursos em ações de atendimento à criança e ao adolescente, e financiar projetos de instituições que atuem na garantia da promoção, da proteção e da defesa dos direitos da criança e do adolescente, desde que seus projetos estejam aprovados pelo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. Seus recursos são aplicados exclusivamente nesta área, com monitoramento dos Conselhos Estadual e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA e COMDAC).

Para mais informação acesse:

<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/551276-irpf-e-fundo-para-a-infancia.xhtml>

# Levantamento mostra principais dificuldades de ONGs em tempos de pandemia

**E**m virtude da relevância do trabalho desenvolvido por muitas ONGs para promover o acesso a direitos para crianças e adolescentes na cidade de Belém, e considerando o momento de pandemia da Covid-19 vivenciado em âmbito mundial, o qual afetou de diversas formas a sociedade, inclusive em termos econômicos, esta Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (CEIJ) realizou pesquisa junto às mencionadas organizações, que foi disponibilizada no site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará sob o link [https://docs.google.com/forms/d/1zFn-lAPoNpYltCzgH-qzQbkYnlvIUxdEP6c7kd\\_X-cY/edit?ts=5e95f192](https://docs.google.com/forms/d/1zFn-lAPoNpYltCzgH-qzQbkYnlvIUxdEP6c7kd_X-cY/edit?ts=5e95f192) e esteve acessível para preenchimento até a data de 06/05/2020.

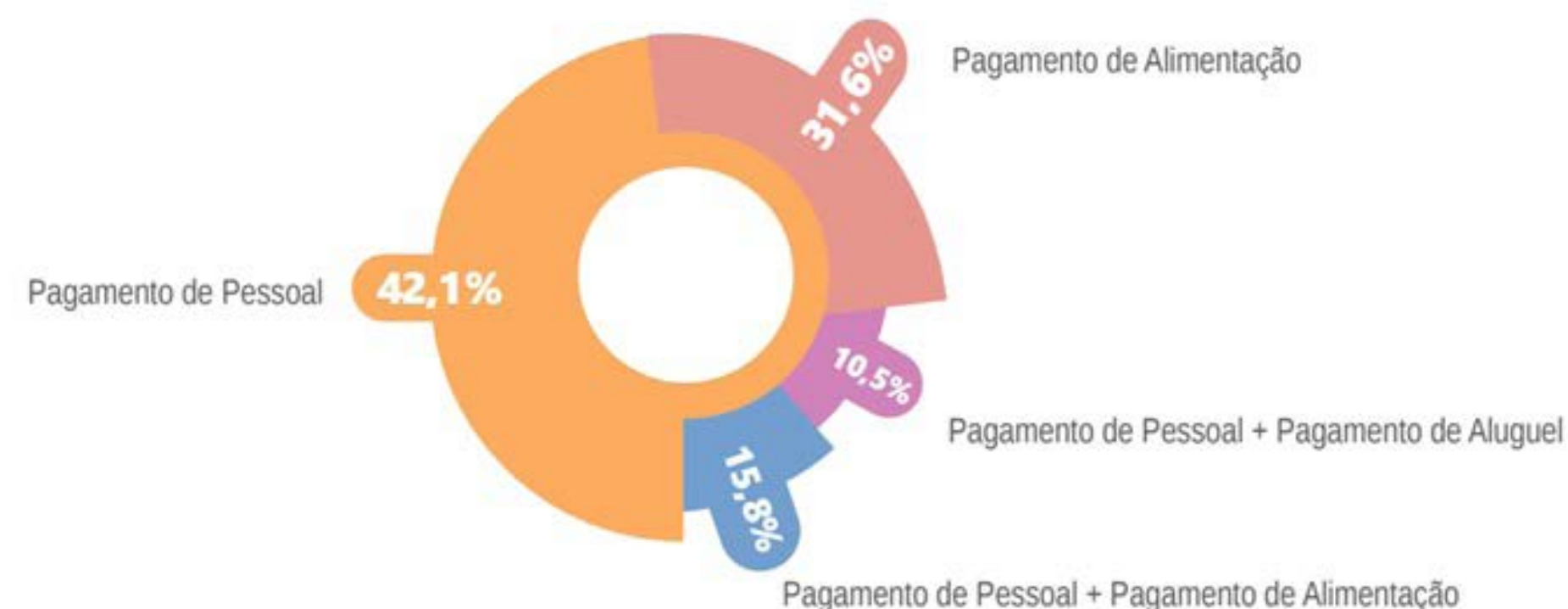
A pesquisa teve como objetivo levantar as principais dificuldades que as referidas ONGs passavam no momento para cumprir seus compromissos

institucionais, e apresentá-las ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (COMDAC). Finalizada a pesquisa, os resultados foram apresentados e recomendados ao COMDAC, para que fosse analisada a possibilidade de se lançar editais para

atender às necessidades apontadas, sempre de acordo com a legislação em vigor.

O resultado sobre as maiores dificuldades apontadas pelas organizações participantes para cumprir seus compromissos institucionais foram:

## Maiores dificuldades da organização para cumprir seus compromissos institucionais?



Outras necessidades apontadas:

## Outras necessidades apontadas.



## Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Ações da Coordenadoria Estadual da  
Infância e da Juventude - CEIJ/TJPA

ceij@tjpa.jus.br

Por Angélica Freire

Maio de 2020



**Palestra em  
alusão ao maio  
laranja**

# Palestra aborda enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

**A** Ceij palestrou no I Congresso Brasileiro de Prevenção à Violência Sexual Infantojuvenil, ocorrido no período de 12 a 15 de maio em plataforma de comunicação virtual. O tema da palestra foi Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - Ações da CEIJ-TJPA.

Na palestra, proferida pela pedagoga da equipe interdisciplinar da CEIJ, Angélica Freire, são indicadas as ações da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Pará no enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com destaque para a implantação de salas de depoimento especial.

A palestrante apresentou ainda algumas normas que regem os procedimentos adotados em processos que envolvem crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violên-

cia: Recomendação CNJ nº 33/2010, Lei nº 13.431/2017, Decreto nº 9.603/2018, Resolução CNJ nº 299/2019 e o Provimento Conjunto nº 1/2019-GP/CJRMB/CJCI/CEIJ.

O congresso foi promovido pelo Projeto Futuro Brilhante (<https://futurobrilhante.net.br/>), com o objetivo de discutir estratégias de prevenção a crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. O evento é alusivo ao maio laranja, mês do enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Para assistir a palestra acesse:

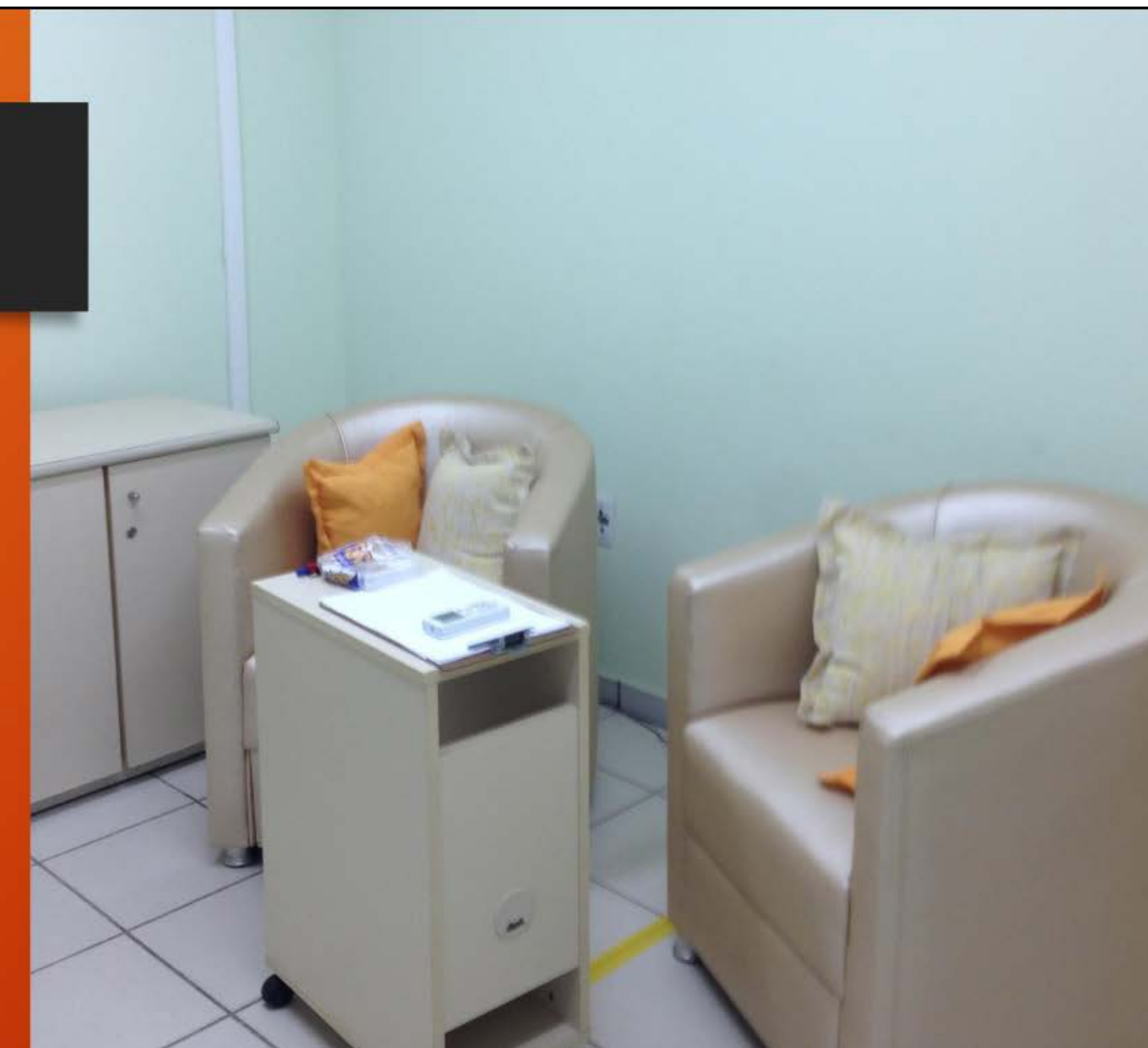
<https://www.youtube.com/watch?v=CoYUQTJ5d6M>



## Sala de Depoimento Especial

Sala de Depoimento Especial da 1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém. Ano 2018.

Imagem: Arquivo pessoal



**A palestra destacou a implantação das Salas de Depoimento Especial**

**Angélica Freire, pedagoga da equipe interdisciplinar da CEIJ, palestrou no I Congresso Brasileiro de Prevenção à Violência Sexual Infantojuvenil. Foto: CEIJ**

# Pesquisa ouve comunidade sobre salas de Depoimento Especial

O Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência foi normatizado nacionalmente pela Lei nº 13.431/2017. No âmbito do TJPA, o Provimento Conjunto nº 1/2019 - GP/CJRMB/CEIJ regulamenta aspectos desse depoimento, além do próprio padrão arquitetônico e tecnológico de funcionamento das salas de depoimento especial. Desde fevereiro de 2020, a CEIJ vem realizando uma pesquisa sobre o funcionamento das salas de depoimento em todo

o Pará. Os dados obtidos serão fundamentais para delinear um retrato mais amplo e fidedigno das impressões de magistrados e servidores sobre salas de depoimento especial.

**Para saber mais sobre a pesquisa acesse:**

<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/563290-pesquisa-salas-de-depoimento-especial.xhtml>

# Comitê acompanha medidas de enfrentamento à Covid-19 no sistema socioeducativo

**C**riado por meio da Portaria - CEIJ nº 1/2020, o Comitê de Acompanhamento das Medidas de Enfrentamento à Covid-19 no sistema Socioeducativo do Estado do Pará tem como finalidade monitorar e prestar informações ao Conselho Nacional de Justiça sobre as medidas adotadas na prevenção e no tratamento da Covid-19, para evitar a sua propagação entre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado sob a tutela do Estado.

O Comitê é presidido pelo desembargador José Maria Teixeira do Rosário, coordenador da Ceij, e integrado pela juíza Danielle de Cássia Silveira Bührnheim, da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital; pelo juiz Vanderley de Oliveira Silva, da 3ª Vara da Infância e Juventude da Capital; pela juíza Guisela Haase de Miranda Moreira, da 4ª Vara da Infância e Juventude da Capital; pelo juiz Antônio Cláudio Von Lohrmann Cruz, da Vara da Infância e Juventude do Distrito de Icoaraci; pela juíza Karise Assad Ceccagno, da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Santarém; pelo juiz Manoel Antonio Silva Macedo, da Vara da

Infância e Juventude da Comarca de Marabá; e por representantes do Ministério Público do Estado do Pará; da Defensoria Pública do Estado do Pará; da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará; da Fundação Socioeducativa do Estado do Pará - Fasepa; do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; da Secretaria de Estado de Saúde Pública - Sesp; e pela coordenadora Estadual do Programa Justiça Presente - CNJ/PNUD, Fernanda Nazaré da Luz Almeida.

A criação do grupo levou em consideração o disposto no artigo 14, da Recomendação nº 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata da adoção de medidas preventivas no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo; a Lei nº 13.979/2020, que dispõe das medidas emergenciais de enfrentamento à pandemia de Covid-19; a necessidade de gerenciar e monitorar o sistema socioeducativo, com a finalidade de atuar na prevenção da contaminação pela Covid-19, em especial com relação aos adolescentes que se encontram no cumprimento de medi-

das socioeducativa em meio fechado; e a responsabilidade da Ceij pelo compartilhamento com o CNJ das informações a respeito das medidas adotadas nas Unidades Educacionais de Internação do Estado do Pará.

O Comitê terá duração pelo prazo de quatro meses, o qual poderá ser prorrogado enquanto suas atividades não estiverem concluídas. As reuniões estão sendo realizadas, preferencialmente, por videoconferência, por aplicativos de comunicação ou qualquer outro meio que proporcione agilidade aos contatos. Até o presente momento foram realizadas 03 reuniões nos dias 06 e 20/05 e 09/06/2020. Após as reuniões, a CEIJ encaminha para o Conselho Nacional de Justiça a planilha de dados das ações efetivadas no Sistema Socioeducativo do Pará, no tocante ao apontado pela Resolução 62/2020, do CNJ.

**Para saber mais acesse:**

<http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=898788>



# Ceij publica recomendação a magistrados

**A**Ceij publicou no último dia 20 de março a Recomendação nº 01/2020, que orienta os Magistrados com competência em matéria de infância e juventude da região metropolitana de Belém, a observância do Acordo de Cooperação Técnica nº 004/2020, firmado entre o Tribunal de Justiça e Grupo de Estudo e Apoio à Adoção de Belém “Renascer”, divulgando-o e encaminhando os pretendentes e pais por adoção de crianças maiores de dois anos e adolescentes para participação das ações de orientação, escuta e apoio, realizadas pelo Projeto “Nós do Afeto”, efetivando, também, os acompanhamentos dessa participação.

O referido projeto, que teve seu início temporariamente adiado, em decorrência da pandemia da Covid-19, tem como objetivos: proporcionar espaço de orientação, escuta e apoio aos pretendentes e pais por adoção de crianças maiores de dois anos e adolescentes; refletir so-

bre as especificidades da constituição familiar por adoção; promover a construção e o fortalecimento dos vínculos afetivos dentro da família; buscar alternativas para o enfrentamento dos problemas/conflitos que surgem durante o processo de adaptação, construção e consolidação dos vínculos afetivos na família; promover apoio às famílias que enfrentam os desafios decorrentes do processo de adoção, por meio de reflexões e de troca de experiências.

Novo cronograma está sendo elaborado, para dar início às atividades do projeto, considerando as possibilidades de suspensão da necessidade de isolamento social.

**Para saber mais acesse:**

[http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/  
VisualizarArquivo?idArquivo=898786](http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=898786)



## Ceij divulga material sobre Adoção no Pará

**O** Informativo da Adoção no Pará (maio de 2020) faz referência a dados atualizados da adoção no Pará, de acordo com o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Pela leitura do documento, é possível verificar que as crianças e adolescentes disponíveis para adoção estão em grupos de irmãos, possuem deficiências ou doenças crônicas e estão na faixa etária a partir dos 3 anos de idade.

Espera-se que essa publicação, além de dar maior transparência aos dados disponíveis no SNA, também tenha o propósito de orientar, esclarecer e sensibilizar a sociedade para o perfil de crianças e adolescentes no Estado do Pará que hoje aguardam um tempo maior nos serviços de acolhimento por uma família.

Para saber mais acesse:

<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/567276-adoacao.xhtml>

# CEIJ lança publicação sobre preparação de crianças e adolescentes acolhidos para adoção

**A** Ceij publicou no mês maio as Orientações Básicas para a Preparação de Crianças e Adolescentes Acolhidos para Adoção. Essas Orientações estão fundamentadas nas normativas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/90, nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, nas Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, nas proposições efetuadas pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional instituído pela Portaria nº 1924/208-GP/TJPA, no Provimento Conjunto Nº 001/2019-CJRM/CJCI/CEIJ do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), além de proposições de outros profissionais e estudiosos que pesquisam sobre a temática da adoção. A adoção significa, na prática, uma nova família na vida da criança e do adolescente e esse período de adaptação da família que se forma poderá ocorrer de maneira mais harmo-

niosa se houver uma preparação tanto dos adultos adotantes quanto das crianças ou adolescentes adotados. A CEIJ publicou também no início do ano de 2019, dois provimentos conjuntos com as corregedorias que tratam justamente da preparação dos adultos (pretendentes à adoção) e da preparação das crianças: Provimento Conjunto nº 003/2019

- CJRMB/CJCI/CEIJ e Provimento Conjunto 001/2019 CJRMB/CJCI/CEIJ.

**Para saber mais acesse:**

<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/567276-adoacao.xhtml>



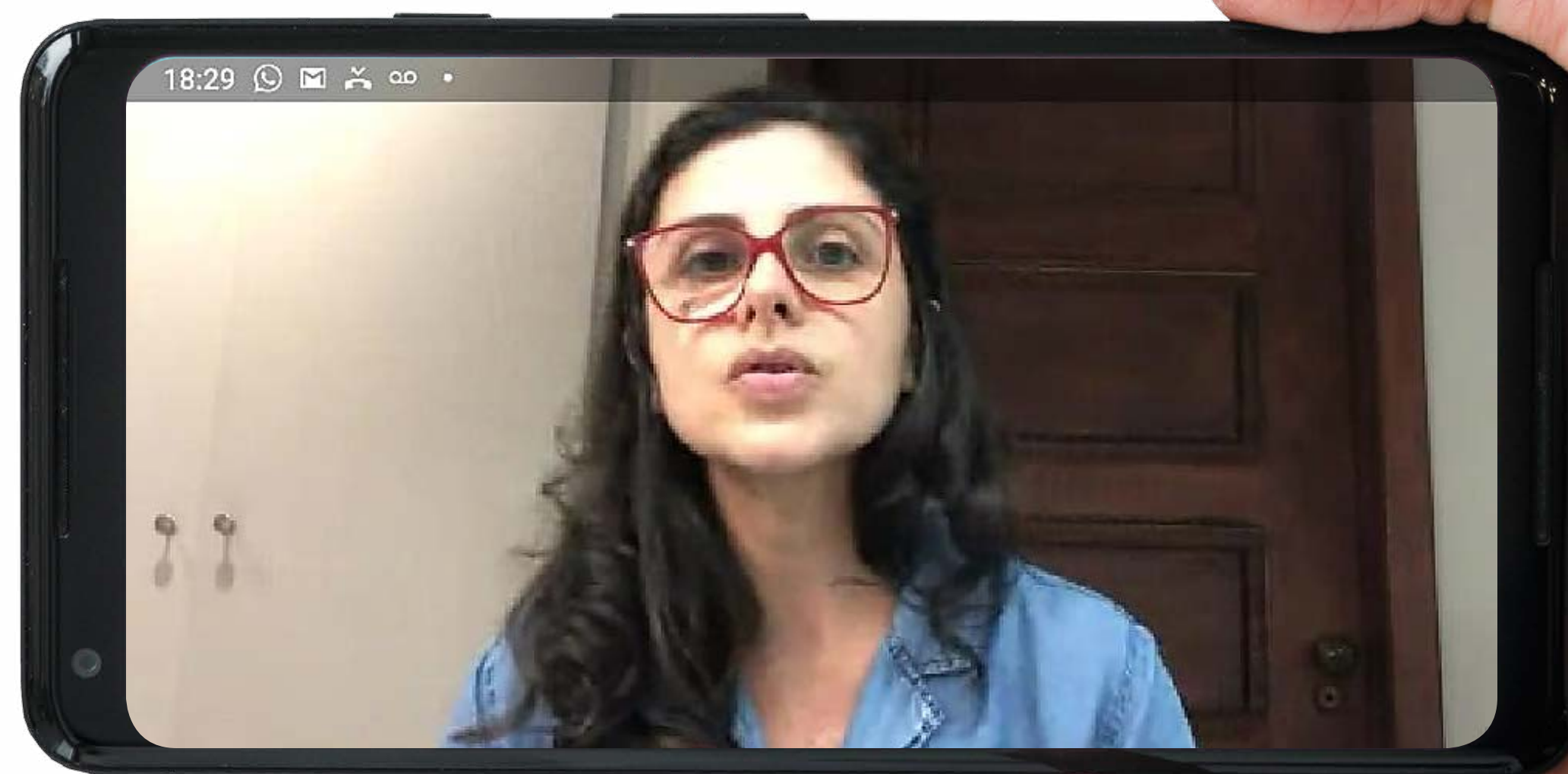
## Roda de conversa trata de casamento infantil

**A** Ceij participou da roda de conversa sobre casamento infantil, ocorrida no dia 29 de maio, em plataforma de comunicação virtual, tendo como base de discussão o documentário “Casamento Infantil”, produzido pela Plan Internacional Brasil. No evento foram abordadas as questões legais e socioculturais apresentadas no referido documentário, visando às reflexões sobre a realidade, os problemas e as formas de vivências da infância Amazônica.

Adriana Pereira, assessora jurídica da Ceij, atuou como debatedora na referida roda de conversa, abordando os aspectos legais que envolvem o casamento de crianças na sociedade brasileira, em especial na Amazônia. Neste contexto, tratou da evolução

das normativas previstas no país desde o século XIX até atualidade, com destaque para a Lei nº 13.811/2019, que proíbe o casamento de menores de 16 anos. A roda de conversa foi promovida pelo Núcleo de Pes-

quisa Infâncias Amazônicas: Arte, Cultura e Educação de Crianças em Diferentes Contextos - NUPEIA/UFPA e Grupo de Pesquisa em Educação e Diversidade na Amazônia - GEDAM/UFRA.



**Adriana Pereira, Assessora Jurídica da CEIJ, atuou como debatedora na roda de conversa casamento infantil. Foto: CEIJ**

# Reunião virtual compartilha boas práticas das Coordenadorias de Infância e Juventude

**A** Ceij participou, no último de 05 de junho, da 1ª Reunião Virtual das Coordenadorias de Infância e Juventude Brasileiras, proposta pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul - CIJS, com o objetivo de compartilhar ações positivas que vêm sendo executadas e que possam, de igual forma, ser adotadas por outras Coordenadorias, a fim de garantir a continuidade de medidas e procedimentos emergenciais para os mandatários da justiça da infância e juventude, neste momento pandêmico. Representantes das equipes interprofissionais de todas as Coordenadorias brasileiras participaram do encontro virtual, exceto os estados do Tocantins, Acre e Piauí. A representante da CEIJ na referida reunião foi a pedagoga da equipe interdisciplinar, Angélica Freire.

**1ª Reunião Virtual das  
Coordenadorias de  
Infância e Juventude  
Brasileiras – Foto: CURS**

O momento demarcou a importância do trabalho das Coordenadorias no sentido de, juntamente aos demais setores competentes, fazer levantamentos, estudos e análises sobre procedimentos judiciais da área da Infância e Juventude que podem ser flexibilizados ou não durante a pandemia.

Os participantes indicaram como o Judiciário estadual tem atuado quanto a temáticas como depoimento especial, adoção, entrega voluntária para adoção, acolhimento e desacolhimento de crianças e adolescentes, audiências concentradas, fiscalização e monitoramento de serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, internação de adolescentes e fiscalização de unidades de internação e semiliberdade de adolescentes. A reunião já teve um primeiro impacto positivo ao permitir o compartilhamento de material educativo, de orientação, produzido pelas diversas coordenadorias do Brasil. As equipes representadas na reunião concordaram em manter a regularidade das reuniões virtuais a fim de dar continuidade ao compartilhamento de experiências e sugestões.



**Angélica Freire, pedagoga da equipe interdisciplinar da CEIJ, participou da 1ª Reunião Virtual das Coordenadorias de Infância e Juventude Brasileiras – Foto: CEIJ**

## CEIJ realiza reuniões virtuais de trabalho

**D**urante o regime diferenciado de trabalho adotado pelo Judiciário Paraense, com o teletrabalho, em virtude da pandemia provocada pela Covid-19, a Ceij realizou reuniões virtuais regulares a fim de promover o debate, o planejamento, a construção e socialização de ações diversas em torno de questões relativas à Infância e Juventude. As reuniões foram realizadas por meio de videoconferência, utilizando-se a plataforma Microsoft Teams, disponibilizada pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

**A CEIJ realizou reuniões virtuais regulares durante o regime diferenciado de trabalho. Foto: CEIJ**

## CEJ articula reuniões com comarcas para renovação de Convênio com a FASEPA

**A** Ceij realizou, nos dias 15 e 22 de junho, reuniões virtuais com as Varas de Infância de Belém, Santarém e Marabá. Participaram os analistas Lílham Duarte e Laércio Pinto, da 3ª Vara da Infância da Capital, o analista Augusto Vasconcelos, da 5ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, o magistrado Manoel Macedo, juiz titular da 4ª Vara Cível e Empresarial de Marabá, as servidoras Gleice Corrêa, Eliana Ercília e Karla Amaral, da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA. O objetivo das reuniões foi avaliar e discutir propostas de alteração e ajustes ao Convênio TJPA-FASEPA número 038/2018, a título de renovação para o biênio 2020/2022.

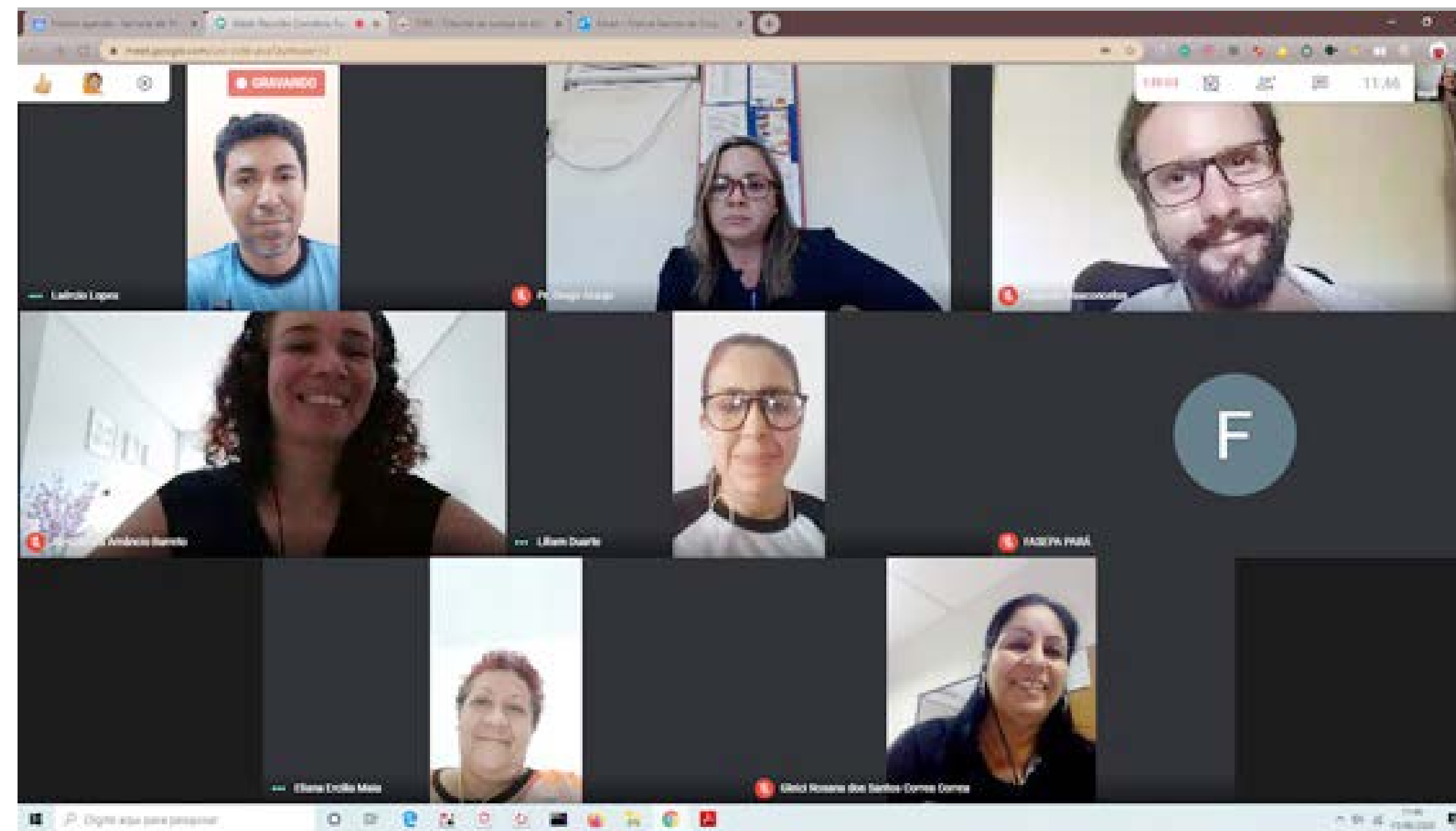
O referido convênio tem por objeto firmar parceria entre TJPA e Fasepa para inclusão de adolescentes e jovens assistidos (as) por essa Fundação, em atividades laborais de cunho socioeducativo, em conformidade com os preceitos da Lei 8.069/1990 - ECA e da Lei 12.594/2012 - SINASE. A iniciativa consiste em ter o Tribunal de Justiça, como polo de estágio a adolescentes e jovens atendidos pela FASEPA, contribuindo para a garantia

do direito à formação profissional e para o estabelecimento da autoconfiança e da capacidade de reflexão sobre as possibilidades de autonomias e a construção/reconstrução de projetos de vida de adolescentes e jovens atendidos/as, caracterizando-se como atividades socioeducativas, não configurando vínculo empregatício como o TJPA.

Atualmente, a 3ª Vara da Infância e Juventude de Belém disponibiliza 11 vagas para a realização de estágio

pelos socioeducandos, e as Comarcas de Santarém e Marabá disponibilizam 02 vagas cada.

Nas reuniões foi possível ouvir todos os participantes sobre a avaliação do Convênio e suas propostas de alteração. Destaca-se como principais propostas de alteração o aumento do número de vagas para a Comarca de Santarém, o que será efetivado pelo remanejamento de vaga de Belém para Santarém, o que foi acordado pelos interessados.



**Reunião virtual com as Comarcas de Santarém e Marabá, para reavaliação do Convênio TJPA-FASEPA. Foto: CEJ**



# Analistas de equipes interprofissionais avaliam regime diferenciado de trabalho

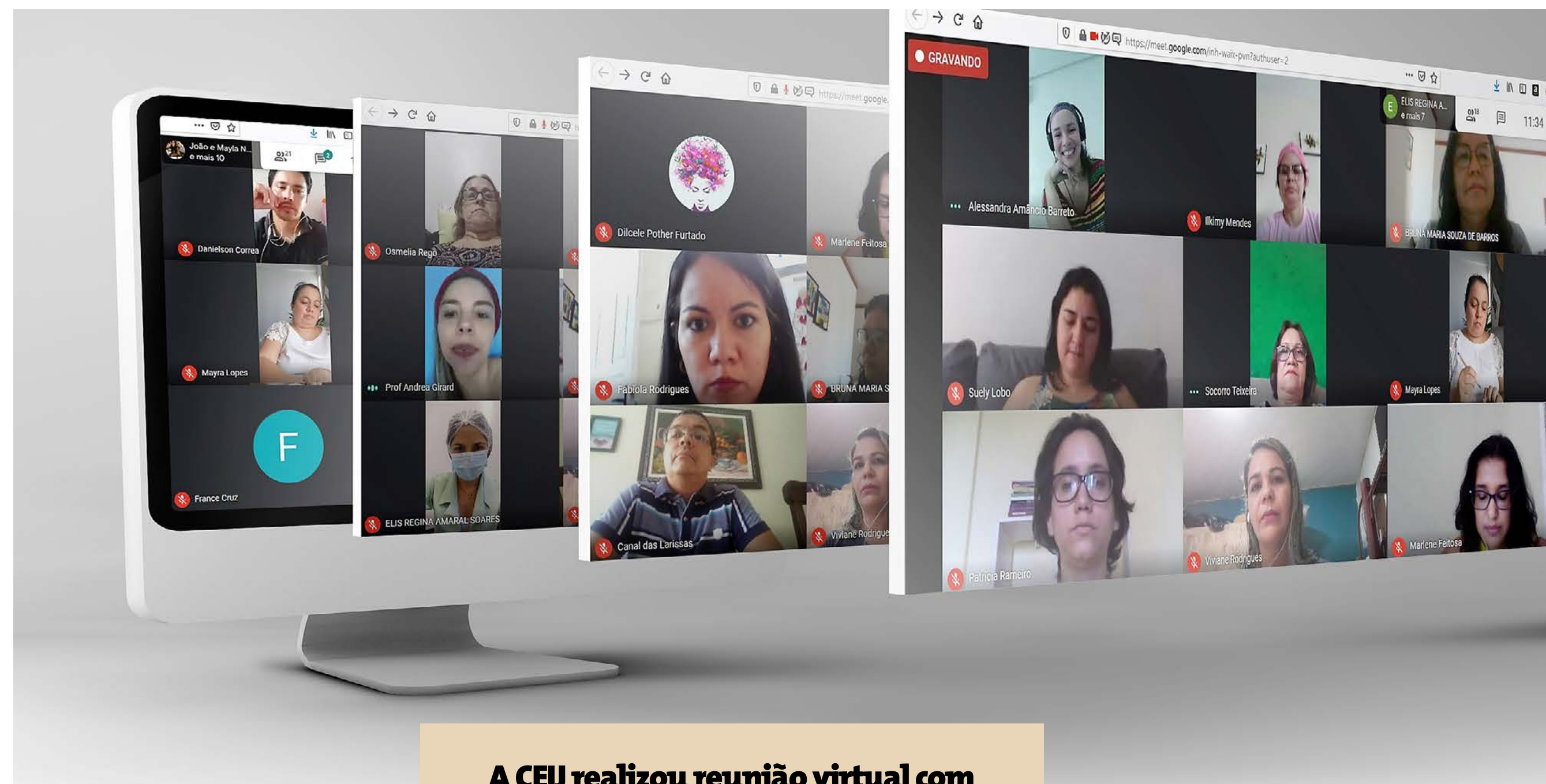
**A** Ceij realizou, no dia 16 de junho, reunião em plataforma de comunicação virtual com os analistas que integram as equipes interprofissionais (assistentes sociais, pedagogos e psicólogos) dos Fóruns e unidades judiciárias do Estado do Pará com o objetivo de consultá-los sobre quais impactos foram trazidos pelo regime diferenciado de trabalho imposto pela pandemia da Covid-19.

Embora o objetivo primordial fosse verificar as alterações no regime de trabalho das varas de infância e juventude e equipes interprofissionais a elas vinculadas, a Ceij compreende que o trabalho das equipes, na maioria dos Fóruns e unidades judiciárias do Pará, é atravessado por diversas demandas e não somente as oriundas da infância e da juventude. Por esse motivo, a reunião foi aberta a analistas judiciários de todas as equipes vinculadas a unidades judiciárias (inclusive as criminais) ou fóruns e não apenas àquelas que atendem a

demandas de infância e juventude.

Na reunião buscou-se conhecer com mais detalhes as alterações sofridas nos processos de trabalho das varas, visando à melhor assessoria em suas ações. Assim, foram discutidas na reunião quais rotinas de trabalho foram mantidas, quais foram alteradas, o que precisava continuar suspenso, além de propostas e sugestões apresentadas pela equipe. Essas informações, obtidas na reunião, complementaram levantamento realizado

on line pela Ceij, no período de 12 a 17 de junho de 2020. Diante dos dados, a Ceij elaborou manifestação solicitando às Corregedorias de Justiça (Região Metropolitana de Belém e do Interior) que oficiasse às Diretorias dos Fóruns que possuem em sua estrutura organizacional equipes interprofissionais a necessidade de observância das recomendações exaradas pelos Conselhos de Classe (Psicologia e Serviço Social) relativas ao exercício profissional durante a pandemia da Covid-19.



**A CEIJ realizou reunião virtual com os analistas que integram as equipes interprofissionais. Foto: CEIJ**

Organização e produção  
Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude – CEIJ

Edição e arte  
Departamento de Comunicação/  
Coordenadoria de Imprensa

Revisão de Texto  
Laís Izabel Peres Zumero

